

ATA DA 461ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA

Data: 30 de setembro de 2026

Horário: 09h00

Local: Plenário “Prof. Paulo Nogueira-Neto”, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 6, 1º andar, São Paulo/SP

Modalidade: Híbrida

Secretária-Executiva: Naiana Lanza

Compareceram à Reunião Plenária, a Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e Presidente do Conselho, **Natália Resende**, e os(as) conselheiros(as) **Jonatas Trindade** (SEMIL/SMA), **Claudia Sorge** (SEMIL/SMA), **Camila Vecchi Sales Pereira** (SEMIL/SSRH), **Marco Aurelio Nalon** (SEMIL/IPA), **Beatriz Santos Caio** e **Isadora Le Senechal Parada** (SEMIL/DPLA), **André Rocha** e **Kaue Grecco** (SEMIL/DPFA), **Lara Chacon Costa** (SEMIL/DEA), **Rodrigo Levkovicz** e **Victoria Karvelis** (SEMIL/FF), **Mayla Matsuzaki Fukushima** (CETESB), **José Carlos de Faria Cardoso** e **Carolina Roberta Alves de Matos** (SAA), **Cel PM Leandro Carlos Navarro** e **Cap PM Paola Wohnrath Mele Somense** (SSP/PAMB), **Geyse Cardoso dos Santos** (SES), **Mauro Kuniho Miyashita** (SCEIC), **Lacir Ferreira Balduino** (SDUH), **Felipe Vieira Alves** (SDE), **José Fabio do Rego Torquato** (SETUR), **Amanda de Moraes Modotti** e **Lucas Soares de Oliveira** (PGE), **Marco Antonio Barbieri** e **Jorge Rocco** (FIESP), **Maria Cristina Murgel** (FAESP), **Eduardo Missaka** e **José Eduardo Victorino** (CREA/SP), **José Antonio Monteiro Ferreira** (ABES/SP), **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** e **Mariana Trindade Bueno** (OAB/SP), **Violêta Saldanha Kubrusly** (CAU/SP), **Marcelo Manara** (ANAMMA), **Alan Perina Romão** (APM), **Fernanda da Rocha Brando** (USP), **Raquel Cabral** (UNESP), **Henrique Callori Kefalás** (Instituto Linha D'Água), **Andrès Vernet Vivas** (ECOPHALT), **Eduardo de Lima Leduc** (Ass. Cunhambebe da Ilha Anchieta) e **Adriana de Castro da Silva** (INICIATIVA Verde) e **Maria Mercês Rojas** (ONG Maranata Ecologia).

1. Expediente Preliminar

A Secretária-Executiva **Naiana Lanza**, tendo verificado o quórum, declarou aberta a 461ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA.

Foi informado que, em razão do período eleitoral, a divulgação das gravações no YouTube ocorreria após o período eleitoral pelos canais institucionais.

1.1. Aprovação da ata da 460ª Reunião Ordinária

A ata da 460ª Reunião Ordinária do Plenário foi submetida à apreciação, tendo sido aprovada por unanimidade pelo Plenário.

1.2. Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva

1.2.1. Em razão do período eleitoral, as comunicações da Presidência não foram realizadas.

1.2.2. A Secretária-Executiva **Naiana Lanza** comunicou a realização das seguintes audiências públicas: em 30 de setembro, no Município de Pitangueiras, referente ao EIA/RIMA do empreendimento Pitangueiras Açúcar e Alcool; em 14 de outubro, no Município de Tarumã, referente ao empreendimento Destilaria Água Bonita; em 26 de outubro, no Município de Araçatuba, referente ao Complexo Fotovoltaico de Baguaçu; e, em 29 de outubro, no Município de Iporanga, referente à proposta de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ribeirão dos Camargos.

1.3. Assuntos Gerais

Passou-se ao momento destinado para os Assuntos Gerais.

1.3.1. O conselheiro **Andrés Vernet** (Ecophalt) informou que cederia seu tempo de fala a **Syllis Bezerra** (Ecophalt), e a **Marcelo Aguiar** (aluno SENAC), que apresentaram demanda relacionada à destinação ambientalmente adequada de frascos de esmalte. Relataram a inexistência de sistema de logística reversa específico para esse resíduo e a ocorrência de descarte em lixo comum, sendo solicitada que a questão fosse estudada pela CETESB e pelo CONSEMA, inclusive quanto à possibilidade de descontaminação e reciclagem das embalagens.

1.3.2. O conselheiro **Eduardo Victorino** (CREA) propôs a realização de apresentação ao Plenário sobre os resultados alcançados, nos últimos cinco anos, pela fiscalização delegada aos municípios, destacando a importância da continuidade da iniciativa e da utilização dos fundos ambientais municipais para seu custeio. Ressaltou a necessidade de fortalecimento da fiscalização pelos municípios licenciadores e citou Mairiporã como experiência de referência, destacando também a integração das equipes municipais com os órgãos estaduais e a Polícia Militar Ambiental.

1.3.3. O conselheiro **Marcelo Manara** (ANAMMA) destacou ações relacionadas à gestão dos recursos hídricos e à conscientização ambiental, mencionando iniciativa de navegação pelo Rio Paraíba do Sul. Informou sobre as recentes deliberações do CONAMA, especialmente a revisão da Resolução nº 430 e a regulamentação das águas de drenagem urbana, e reiterou solicitação para que a CETESB avance na discussão sobre os lixiviados provenientes de estações de tratamento de esgoto. Também parabenizou entidades do setor da construção civil pela promoção de debates sobre adaptação e resiliência climática.

1.3.4. A conselheira **Lara Chacon** (Diretoria de Educação Ambiental/SEMIL) informou sobre o lançamento de chamamento público, em parceria com o SEBRAE, para capacitação em gestão de resíduos sólidos e educação ambiental destinada a 50 municípios paulistas. Comunicou também o lançamento de chamamento para projeto de educação ambiental itinerante, composto por duas unidades móveis destinadas a percorrer o Estado. Informou, ainda, o lançamento de novo ciclo do projeto de intercâmbio virtual com a província japonesa de Aichi, realizado desde 2020, com participação de estudantes universitários brasileiros e japoneses. Relatou também ação de educação ambiental realizada em Salto, com participação da Prefeitura, Polícia Militar Ambiental, CETESB e SP Águas, envolvendo estudantes, limpeza simbólica do Rio Tietê e lançamento do gibi “Tietê, o Rio Viajante”.

1.3.5. O conselheiro **Marco Nalon** (Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA/SEMIL) informou sobre a realização do 5º Simpósio do Instituto, dedicado aos ecossistemas ameaçados do Estado de São Paulo. Destacou os resultados do programa Biota Campos, especialmente o trabalho de identificação e mapeamento das formações campestres do Estado de São Paulo. Informou que será produzido novo mapa das formações campestres integrado ao Inventário Florestal. Relatou também o desenvolvimento de projeto de ciência cidadã para o mapeamento de formações costeiras e anunciou a realização de atividade voltada a crianças no Jardim Botânico. Comunicou, ainda, a previsão de publicação de edital para concurso de pesquisadores científicos do IPA, com 98 vagas, e a preparação para o período de chuvas e eventos extremos. Por fim, informou sobre parceria técnica com a SP Águas para início de projeto de restauração de áreas em assentamentos do Pontal do Paranapanema.

1.3.6. O conselheiro **Coronel Leandro Navarro** (PAmb) apresentou informações sobre as ações realizadas pela Polícia Militar Ambiental no mês de setembro, com destaque para a Operação Dia da Árvore e para ações de fiscalização e apoio humanitário no Vale do Ribeira e em Itapetininga, ressaltando a importância da atuação integrada entre os órgãos ambientais e de segurança pública.

1.3.7. O conselheiro **Rodrigo Levkovicz** (Fundação Florestal) relatou ações desenvolvidas em conjunto com comunidades quilombolas e indígenas no Vale do Ribeira. Informou sobre acordo celebrado na Câmara Técnica de Mediação da Advocacia-Geral da União, relacionado a conflito envolvendo área na Praia de Guaratuba. Mencionou também alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente relacionada ao direito de crianças e adolescentes de acesso a áreas verdes, parques e parques urbanos.

1.3.8. A conselheira **Beatriz Caio** (Diretoria de Planejamento Ambiental/SEMIL) informou sobre as ações relacionadas ao Gerenciamento Costeiro, com destaque para o Litoral Norte, suas linhas temáticas e a articulação com os instrumentos de planejamento territorial. Também mencionou os procedimentos de participação da sociedade civil e a organização do processo de cadastramento e eleição de representantes, com previsão de eleição em 2 de dezembro.

1.3.9. O Presidente suplente **Jonatas Trindade** apresentou considerações sobre a redução dos focos de incêndio no Estado de São Paulo, que se encontram 85% abaixo da média histórica, destacando a contribuição das condições climáticas e das ações de preparação, monitoramento territorial e articulação com municípios e setor florestal. Esclareceu e encaminhou as questões relacionadas às manifestações dos conselheiros, solicitou apresentação de pedido acompanhado de documentação referente a logística reversa de embalagens de esmaltes e reconheceu a atuação da Polícia Militar Ambiental, Fundação Florestal e Diretoria de Planejamento Ambiental nas ações de fiscalização, conservação e planejamento territorial.

2. Ordem do dia

2.1. Apreciação de Informação Técnica da Comissão Temática Processante e de Normatização (CTPN) sobre a oitiva do CONSEMA relativa ao Projeto de Lei Municipal da Estância Turística de Morungaba, referente à delimitação de Áreas de Preservação Permanente (APP) em Área Urbana Consolidada (AUC) (Processo SEI nº 020.00009072/2024-23)

O conselheiro Lucas Soares, Presidente da Comissão Temática Processante e de Normatização, apresentou o histórico da análise. Explicou que se tratava do primeiro caso submetido ao Plenário após a regulamentação do procedimento de oitiva pelo CONSEMA e esclareceu que a análise do Conselho se limita à verificação do atendimento aos requisitos previstos no Código Florestal, sem interferência na autonomia legislativa municipal.

Destacou, entre os requisitos analisados, a caracterização de área urbana consolidada, a inexistência de ocupação em áreas de risco e a observância dos instrumentos de planejamento e das condições relacionadas a recursos hídricos, drenagem, saneamento e atividades de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto.

Relatou que a proposta inicialmente apresentada pelo Município de Morungaba não atendia integralmente aos requisitos, e após diligências da Comissão, o Município promoveu ajustes e apresentou nova proposta.

O representante da CETESB, Antônio Queiroz, apresentou a análise técnica da proposta revisada. Explicou que a primeira versão contemplava áreas que, embora inseridas no perímetro urbano, não poderiam ser caracterizadas como áreas urbanas consolidadas, por não apresentarem predominância de lotes e quadras ocupados e edificadas.

Informou que a nova proposta retirou dessas áreas a possibilidade de redução da faixa de APP, restringindo a alteração àquelas que efetivamente atendem aos requisitos legais de área urbana consolidada. Dessa forma, a análise técnica concluiu pelo atendimento formal dos requisitos estabelecidos pela legislação.

A CTPN, entretanto, apresentou recomendação para que a redução das faixas de APP não fosse aplicada nos trechos que permanecessem recobertos por vegetação, nativa ou exótica, considerando a função ambiental e climática desses espaços, especialmente diante das mudanças climáticas e da ocorrência de eventos extremos. Foi esclarecido que se trata de recomendação, e não de condicionante legal para a aprovação da proposta municipal.

Durante os debates, a conselheira **Cris Murgel** solicitou esclarecimentos sobre o procedimento da Comissão e a documentação exigida aos municípios, tendo a Secretaria Executiva esclarecido o fluxo previsto na Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2025 e informado que as informações estão disponíveis na página eletrônica do conselho. O conselheiro **Eduardo Leduc** destacou a importância da participação técnica da CETESB na relatoria, da definição de referências para casos futuros e da preservação das áreas ainda vegetadas às margens dos cursos d'água, sugerindo a disponibilização do relatório para consulta. A conselheira **Carolina Matos** ressaltou a necessidade de considerar áreas de risco e áreas verdes diante de eventos climáticos extremos e enchentes, mencionando ações de reconstrução e apoio aos produtores do Vale do Ribeira.

Submetida à votação, a matéria foi aprovada pelo Plenário, sem manifestação contrária. Foram registradas duas abstenções.

2.2. Plano de Logística e Investimentos do Estado de São Paulo (PLI-SP 2050)

Silvio Ichihara, representante do consórcio responsável pela elaboração do Plano, apresentou o Plano de Logística e Investimento do Estado de São Paulo (PLI), com horizonte de planejamento até 2050, estruturado em uma carteira de projetos e ações, planejamento integrado e permanente e processo decisório participativo e rastreável. Destacou a articulação do PLI com os demais instrumentos de planejamento estadual e sua aplicação a projetos de infraestrutura de diferentes naturezas e escalas, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Apresentou a metodologia de priorização dos projetos, considerando critérios estratégicos, capacidade de execução, financiabilidade, parcerias e governança, e informou que os dados e produtos do Plano estão sendo disponibilizados em ferramentas de consulta (<https://pli.semil.sp.gov.br/>), com previsão de conclusão da primeira versão do Plano de Ação em 2026.

Durante os debates, destacou-se a necessidade de considerar a segurança hídrica e energética, a compatibilização com os planos diretores municipais e os impactos territoriais e ambientais dos grandes investimentos.

2.3. Balanço das Ações dos Grupos de Fiscalização Integrada (GFI)

Carolina de Paula Lima, representante da DPFA, apresentou a estrutura e as principais frentes de atuação da Diretoria, com destaque para a fiscalização ambiental, o monitoramento territorial e os Grupos de Fiscalização Integrada (GFIs) voltados à proteção dos mananciais da Região Metropolitana. Explicou a composição e o funcionamento dos grupos, os investimentos realizados por meio do FEHIDRO e os critérios utilizados para definição das áreas prioritárias, ressaltando a importância da atuação preventiva para impedir a expansão de loteamentos e ocupações irregulares. Destacou ainda o uso de medidas judiciais, a integração entre fiscalização e educação ambiental e a implantação de projeto de sensibilização das comunidades das áreas de mananciais.

Na sequência, o **Tenente-Coronel Julio Cesar**, do Comando de Policiamento Ambiental, apresentou a Operação Integrada de Defesa das Águas (OIDA), realizada nas áreas de

mananciais do Município de São Paulo. Explicou sua atuação preventiva e integrada, baseada em inteligência, monitoramento territorial, denúncias e análise de risco, com participação de diversos órgãos estaduais e municipais. Foram apresentados exemplos de operações e ressaltada a importância do planejamento e da articulação institucional para prevenir e interromper ocupações irregulares.

Durante os debates, foram destacados a organização, o planejamento e a integração das ações dos GFIs e da OIDA, ressaltando a importância de avaliar os resultados pela capacidade de prevenir novas ocupações, o fortalecimento da governança das áreas protegidas e da articulação entre fiscalização, unidades de conservação e segurança hídrica, com uso de tecnologias para antecipar intervenções irregulares.

A Presidente **Natália Resende** destacou o caráter preventivo e educativo das ações de comando e controle e a integração entre fiscalização, educação ambiental e monitoramento territorial. Ressaltou ainda a importância de ampliar a articulação entre a fiscalização dos mananciais e as ações de recuperação da qualidade dos recursos hídricos, inclusive nas futuras atualizações de programas estaduais de recuperação do Rio Tietê.

3. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, a reunião Plenária foi encerrada.

A transcrição integral das falas está disponível no link anexo.

Eu, **Naiana Lanza**, Secretária-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Secretaria Executiva do CONSEMA

São Paulo, outubro de 2026

Anexos:

1. [Transcrição integral das falas da 461ª Reunião Ordinária da Plenária do CONSEMA](#)